

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
99145-7:2007-DR:SC
ALESC
...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Merisio assume o Executivo e Jailson o Legislativo

Com a viagem do governador Leonel Pavan ao Japão, democrata transmite comando do Parlamento para petista

Sabryna Sartott / Divulgação SECOM

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Gelson Merisio é cumprimentado por Leonel Pavan na cerimônia de transmissão de cargo; segundo vice-presidente Jailson Lima sucede democrata na Assembleia

Página 6 e 7

Projetos que beneficiam servidor viram MP

Carlos Killian



Funcionários públicos exibem faixas nas galerias

Página 11

Audiência pública debate Polícia Penal

Página 9

Demitidos por Collor cobram reintegração

Página 9

Associação de Navegantes e Capital homenageadas

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão especial marca os 284 anos de Florianópolis

Páginas 3, 4 e 5

Cinco secretários devem retomar cadeiras como deputados

Página 11

OPINIÃO

A gestão visionária e a estabilidade administrativa

A administração pública de Santa Catarina terá continuidade. O governador empossado Leonel Pavan dará sequência à administração de Luiz Henrique. É uma convicção que resulta do desejo popular, e não tenho dúvida que a linha de ação do Executivo, mesmo com um novo mandatário até o final do ano, respeitará princípios basilares que se tornaram marcos de governo, especialmente o da descentralização administrativa.

Fiz parte das duas administrações de Luiz Henrique, desde o início de 2003. Fui secretário regional em Lages, depois cheguei ao Parlamento e tornei-me líder do governo. Posso afirmar, com segurança, que Santa Catarina experimentou uma administração revolucionária. Para entrar na história, pois já fez história. Já existe

o antes e o depois de Luiz Henrique, que, tenho plena convicção, daqui a décadas será apontado como um visionário.

Os índices de qualidade de vida e desenvolvimento do nosso estado falam por si. Houve uma profunda mudança nos padrões sociais e econômicos. Santa Catarina cresceu, apesar de enfrentar catástrofes naturais e a conjuntura de uma crise global. E no plano da gestão pública, o governo descentralizado aproximou-se do cidadão e conquistou grande apreço popular. Aos céticos, basta desafiá-los a andar pelo nosso interior e consultar a população.

Construímos o melhor projeto administrativo, que veio para ficar. E vivemos um momento extremamente favorável, graças à credibilidade alcançada pelo go-

verno catarinense. A administração pública reconhece o esforço dos servidores, co-responsáveis pelo sucesso do governo, o que justificou o envio ao Legislativo, nos últimos dias, de projetos de melhorias remuneratórias e ajustes de carreiras. E, de outra parte, o Executivo se habilita a garantir créditos em organismos financeiros internacionais, para investir em infra-estrutura, saneamento básico e no desenvolvimento rural, com projetos qualificados que asseguram, com Pavan como governador, o prosseguimento de ações desenhadas conjuntamente, pelo novo governador e seu antecessor, um 2010 ainda melhor.

Deputado Elizeu Mattos
Líder do governo

Presidentes de partidos fazem visita ao Legislativo

O deputado Jailson Lima (PT), presidente em exercício da Assembleia Legislativa, recebeu no dia 30, em seu gabinete, a visita de dois presidentes de partidos no estado: Eduardo Pinho Moreira, do PMDB, e José Fritsch, do PT. O encontro foi acompanhado pelos deputados Moacir Sopelsa e Rogério Mendonça – Peninha –, ambos do PMDB.

Pinho Moreira disse que a passagem de Jailson Lima pela presidência do Parlamento estadual é o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo PT no processo político catarinense. Falou ainda dos laços estreitos com a família do atual presidente, médico e do Sul catarinense como ele, e da sua atuação frente ao partido. “Estamos aqui para prestigiar sua carreira política vitoriosa.”

O presidente em exercício da Assembleia agradeceu a visita e

destacou a importância de Pinho Moreira no cenário político estadual. “É uma figura de destaque. Já foi deputado e governador, e representa o principal partido político de Santa Catarina.” Jailson Lima falou da sua admiração por Moreira, médico dos pais e dos avós do parlamentar. Afirmou ainda que, apesar das divergências entre seus partidos nas questões

políticas, o PT é proativo. “Juntos podemos ter maiores avanços por Santa Catarina”, resumiu.

Para José Fritsch, o atual momento, com a Assembleia sob comando de Jailson Lima, é de valorização política de seu partido em Santa Catarina. “É o reconhecimento do trabalho da bancada do PT no Parlamento estadual”, finalizou.



Jailson recebeu em gabinete presidentes do PT e PMDB estadual

Livro retrata momentos históricos em Santa Catarina

O livro “Santa Catarina Patrimônio Histórico”, de Rosane Sena, foi lançado dia 29, no Espaço Cultural Jerônimo Coelho. A obra tem o apoio do Fundo de Incentivo à Cultura (Funcultural).

Para escrever o livro, a autora, natural de Florianópolis, viajou por vários municípios do estado, registrando em fotografias monumentos históricos, visitando museus, historiadores, bem como antigos moradores de cada localidade. Com o material coletado,

Rosane pintou 35 quadros em tinta acrílica sobre Eucatex. As obras retratam 94 municípios mostrando a “alegria multicultural de Santa Catarina, a arquitetura histórica, o patrimônio material e imaterial dos catarinenses”. Os quadros ficarão expostos até o dia 1º de abril.

A maior parte dos exemplares do livro será doada às escolas públicas, pois a autora tem como objetivo chamar a atenção das novas gerações para a necessidade de preservar o patrimônio.

Solon Soares



Rosane Sena durante o lançamento de sua obra

[AGENDA]

- **Dia 5, 19h** : Abertura da exposição “Brincadeira de criança”, de Scheila Montano
Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- **Dia 6, 8h** : Seminário em comemoração ao Dia Mundial da Água
Local: Plenarinho
- **Dia 6, 19h** : Lançamento do livro “Acidentologia - Riscos e prevenção: Visão multidisciplinar”, organizado por Lúcio José Botelho e Lilian Elizabeth Diesel
Local: Hall da Assembleia Legislativa
- **Dia 7, 15h** : Conferência para o Dia Mundial da Saúde
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 7, 19h** : Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência pública para debater projetos que determinam a reserva de vaga para alunos com deficiência nos contratos e convênios de estágios e a reserva de vagas nos contratos de terceirização de serviços públicos
Local: Plenarinho
- **Dia 8 e 9, 8h** : Escola do Legislativo – Seminário “Mulheres no poder”
Local: Plenarinho

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merísio (DEM)
1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)
2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)
1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Parlamento destaca 20 anos da Associação Empresarial de Navegantes

Entidade promove associativismo e trabalha pelo desenvolvimento regional

Fotos Carlos Kilian



Autoridades e representantes da sociedade civil prestigiam sessão solene no Clube Navemar, que resgatou trajetória de sucesso da ACIN, criada em 15 de maio de 1990

Tatiani Magalhães

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizou, na noite do dia 24, sessão solene no Clube Navemar, em Navegantes, para homenagear os 20 anos de fundação da Associação Empresarial de Navegantes (ACIN). Solicitada pelo deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB), a solenidade teve a presença de autoridades, sociedade civil e colaboradores que passaram pela instituição ao longo desses anos. "Desde sua fundação, a ACIN vem promovendo o associativismo e a prestação

de serviços ao empresariado e à comunidade, contribuindo para o desenvolvimento regional. A partir do trabalho, a entidade conquistou a credibilidade do município e da região", ressaltou.

Presente ao evento e representante da região no Parlamento catarinense, o deputado Rogério Mendonça Peninha (PMDB) destacou a iniciativa da ACIN como fundamental para o crescimento econômico e o desenvolvimento das empresas em Navegantes. "O trabalho da associação, em parceria com as entidades públicas municipais,

faz com que Navegantes fique entre os municípios catarinenses que mais crescem", lembrou.

Na oportunidade, o presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, vereador João Batista da Silva (PSDB), salientou que "graças à união e o esforço dos empresários que acreditaram no potencial de Navegantes o município vem atendendo às necessidades da sociedade e promovendo qualidade de vida".

Em nome dos homenageados, um dos ex-presidentes da ACIN, Vinício Bortolato, lembrou que a dedicação de

todos os integrantes levou a iniciativa daquele primeiro grupo de 115 empresários a ser bem sucedida. "Precisamos de novos investimentos e vamos continuar trabalhando para que, futuramente, com o apoio do governo do Estado, possamos conquistar a construção de uma sede própria para ACIN."

Após os pronunciamentos, o deputado Adherbal Deba fez a entrega de uma placa, em nome do Poder Legislativo, aos presidentes que passaram pela diretoria da ACIN. Deba também foi homenageado na solenidade.

História

A ACIN foi fundada em 15 de maio de 1990, após um grupo de 115 empresários detectar a necessidade de criação de uma entidade que representasse a classe empresarial do município e que tivesse compromisso social, servindo como agente de desenvolvimento através do associativismo. Atualmente, são mais de 300 empresas associadas. O presidente da ACIN, José Gonzaga dos Santos, pretende ampliar para 500 esse número até o fim de 2010. "Temos como objetivo expandir o comércio do município, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e zelando pela credibilidade conquistada. Completamos 20 anos de trabalho com muito sucesso, mas reconhecemos que ainda há muito a ser feito", frisou.

Os homenageados

José Gonzaga dos Santos

Andreia Lunarde Silva da Costa

Altair Genero

Vilmar Schreiber

Edemir José Campestrini

Clézio Bortolato

Arquelau Estevão Bonifácio

Vinício Bortolato



Deputado Deba (D) também foi homenageado pela ACIN

INSTITUCIONAL

Fotos Édio Hélio Ramos / Divulgação CMF



Secretário Onofre Santo Agostini e deputado José Natal estavam entre os cidadãos homenageados pelo Poder Legislativo Municipal

Câmara celebra aniversário da Capital

Sessão destaca 47 personalidades em diferentes áreas; dois deputados e uma servidora da Assembleia são homenageados

Rose Mary Paz Ferreira

A noite do dia 23 de março foi de homenagens na Assembleia Legislativa, por ocasião dos 284 anos de Florianópolis, comemorados no Plenário Osni Régis em sessão solene da Câmara Municipal da cidade. O presidente do Legislativo da Capital, vereador Gean Loureiro (PMDB), conduziu a sessão que homenageou 47 personalidades, destaques nas mais diferentes áreas e setores. Entre elas, o secretário de

Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Onofre Santo Agostini, o deputado José Natal (PSDB) e a diretora da Escola do Legislativo, Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo.

Foram entregues aos homenageados a Medalha de Mérito do Município de Florianópolis, a Medalha de Mérito Francisco Dias Velho e o Título de Cidadão Honorário. Autoridades municipais e estaduais prestigiaram a solenidade, entre elas o prefeito de Florianópolis, Dá-



Carla Pedrozo recebe medalha

rio Berger (PMDB), a senadora Ideli Salvatti (PT/SC) e o vice-governador Leonel Pavan (PSDB).

O presidente da Câmara destacou as ações desenvolvidas pelo Legislativo, como o Projeto Câmara Mirim, e comentou também as ações futuras para que a cidade se torne cada vez melhor. O vereador César Faria (DEM) falou do orgulho e da satisfação de morar na cidade onde nasceu, sentimento, que segundo ele, também é vivenciado por todas as pessoas que escolheram a Capital de Santa

Catarina para viver.

Em nome dos homenageados da noite, o empresário Marcelo Petrelli destacou Florianópolis como "cidade encantada no Brasil e no exterior" – suas belezas naturais, seu povo hospitaleiro e seu crescimento próspero. "Tenho um casamento de papel passado com esta cidade", afirmou.

Para o prefeito Dário Berger, Florianópolis "precisa de empenho e garra para continuar se desenvolvendo".

Os homenageados

Medalha de Mérito do Município de Florianópolis

- Angela Albino, ex-vereadora
- Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo
- Cláudio Gastão da Rosa Filho
- Confraria do Sambaqui
- Coronel Paulo Roberto Fagundes de Freitas
- Demosthenes José Machado, ex-vereador
- Edson Saes Ferreira (em memória)
- Eli Heil
- Enio Back
- Hamilton Maciel
- João Eduardo Moritz (em memória)
- João José Cândido da Silva
- José Carlos Pacheco, ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado
- Kênia Costa
- Luciano Presta (em memória)

Medalha de Mérito Francisco Dias Velho

- Celino Dias Ferraz
- Coronel Álvaro Maus
- Gelci José Coelho (Peninha)
- Jonas Ricardo Pires
- Nilo Marques de Medeiros Filho
- Ricardo José Pereira Barbosa Lima
- Rubens Ricardo Franz
- Moacyr Gomes
- Paulo Helder Bordin
- Rosemeri Bartucheski
- Saulo Ferando Linhares
- Valci de Paula Moreira
- Valésio Alleluia da Silva
- Valter Euclides das Chagas, ex-vereador
- Washington Luiz do Valle Pereira
- Walter Fernando Piazza
- Wilson Rodrigo Correia
- Zelindro Farias

Título de Cidadão Honorário de Florianópolis

- Andréa Buzato
- Atleta Bruno Mossa
- Deputado Estadual José Natal (PSDB)
- Secretário Onofre Santo Agostini (DEM)
- Deputado Federal Cláudio Vignatti (PT/SC)
- Ezio Giannino Librizzi
- Galdino José Lenzi
- João Soares de Mello
- Luciano Flávio Andriani
- Marcelo Petrelli
- Marco Aurélio da Ros
- Romualdo França Junior
- Ronaldo Brito Freire
- Ubiratan de Mattos Saldanha
- Waldir Gomes da Silva

INSTITUCIONAL

Parlamento presta homenagem aos 284 anos de Florianópolis

Capital tem registrado crescimento populacional superior ao restante do país

Graziela May Pereira

O aniversário de 284 anos de Florianópolis também foi comemorado, dia 22 à noite, pelo Parlamento estadual. A sessão especial foi uma iniciativa do deputado Edison Andrino (PMDB), que já foi prefeito da Capital. Segundo o proponente, a sessão foi uma homenagem não só à cidade de Florianópolis, mas também aos prefeitos vivos que a fizeram uma das melhores capitais do país. "Todos os nossos homenageados contribuíram muito para o crescimento da nossa cidade e cada um fez o melhor que pôde." Andrino ainda falou sobre cada prefeito destacado. "São figuras importantes que deram destaque nossa cidade", completou.

Florianópolis tem cerca de 410 mil habitantes e nos últimos anos vem apresentando índices de crescimento populacional superiores aos verificados no país e no restante do estado: entre 2000 e 2007, a população da cidade teve incremento de 2,81% ao ano.

O deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que tem sua base eleitoral na Capital, lembrou que os Estados Unidos da América costumam ouvir seus ex-presidentes em relação à administração e que Florianópolis poderia seguir o exemplo. "Florianópolis é a cidade que é hoje graças às pessoas que souberam organizá-la. Mas não podemos esquecer as dificuldades atuais que estamos enfrentando, como o trânsito."



Fotos Eduardo Guedes de Oliveira

Proposta pelo deputado Edison Andrino, solenidade também destaca ex-prefeitos do município



Público prestigia sessão especial, marcando comemorações de fundação

Representantes da região enaltecem qualidades

Entre os depoimentos feitos na sessão especial, o deputado Marcos Vieira (PSDB) lembrou que Florianópolis é moderna, mas continua tendo traços de uma cidade provinciana.

"A Capital merece respeito e aplausos de todo o povo catarinense. E é fácil descrevê-la. É eclética, arrojada, badalada e principalmente linda. Atrai turistas de todo o mundo." Segundo estimativa da Santur, entre janeiro e fevereiro de 2009 a cidade recebeu 798 mil turistas – cerca de 18% deles vindos de outros países.

Também representante da região, o deputado Renato Hinnig (PMDB) disse que não se pode escolher onde se nasce, mas que as pessoas podem escolher onde são lapidadas. "Florianópolis,

com certeza, é um dos recantos mais bonitos do universo, e eu tenho a satisfação de ter escolhido essa cidade como meu lugar." Hinnig também mencionou que a Capital precisa resolver problemas como mobilidade urbana e segurança pública.

Último deputado a falar, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) destacou que a Capital passou por muitas situações e que todas foram resolvidas com zelo. "Todos aqui batalharam por essa cidade. Cada um do seu jeito, mas todos por um bem comum", resumiu.

Em nome dos homenageados falou Salomão Ribas Júnior, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que garantiu que o ato é a demonstração do amor de todos os presentes pela cidade.

"A paixão é tão grande por essa cidade que me sinto honrado. Eu fico felicíssimo por receber essa homenagem e tenho orgulho de ser florianopolitano", disse.

O ex-prefeito Aloísio Piazza se pronunciou em nome dos ex-prefeitos e afirmou que a "Ilha da Magia" ainda tem muito que mostrar. "Amada por nós e por todos os que escolherem viver aqui, Florianópolis nos dá tudo."

Representando o prefeito Dário Berger (PMDB), João Batista Nunes (PR), vice-prefeito de Florianópolis, disse que a cidade mostra a cada dia seu valor. "Sou muito grato a essa terra por tudo que tem me propiciado. Tenho grandes exemplos e quero segui-los para ajudar no crescimento dessa grande cidade".

Ex-prefeitos

- **Ary Oliveira (1970/1973)**
- Nilton Severo da Costa (1973/1975)
- **Esperidião Amin (1975/1978 e 1989/1990)**
- Francisco de Assis Cordeiro (1979/1983)
- **Cláudio Ávila da Silva (1983/1984)**
- Alcino Vieira (1984/1985)
- **Aloísio Piazza (1985)**
- Edison Andrino (1986/1988)
- **Sergio Grando (1993/1996)**
- Angela Amin (1997/2005)

Destaques

- Associação de Amigos do Hospital Universitário, representado presidente Narcísio Policarpo
- Colégio Catarinense, representado pelo diretor geral, padre João Claudio Rhoden
- Dígito Tecnologia Ltda, representada pelo presidente do Conselho de Administração, José Fernando Faraco
- Francisco Arcanjo Grillo
- Grupo Gente da Terra
- Jane Bulcão Vianna
- Maria Celeste Carvalho Neves
- Mauricio Amorim
- Núcleo Espírita Nosso Lar, representado pelo presidente José Álvaro Farias
- Orlando Pessi
- Roberto Alves
- Salomão Ribas Júnior, conselheiro do TCE
- Saulo Vieira
- Tereza Tomé, Rádio Televisão Portugal Açores

INSTITUCIONAL



No dia 25, o então governador Luiz Henrique chega à sede do Palácio Barriga-Verde em dia histórico



Em seguida, entrega carta de renúncia a Gelson Merísio no gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa



Pavan assina termo de posse em sessão solene no Plenário Osni Régis



No dia 28, Merísio recebe comando do Executivo do novo governador

“Palavra assumida com o PSDB”

A carta de renúncia do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) foi entregue ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merísio (DEM), na manhã do dia 25, no gabinete da presidência.

Acompanhado de secretários de Estado, parlamentares e outras autoridades, o governador chegou ao local por volta das 8h45min.

No texto, Luiz Henrique justifica sua renúncia em função “da palavra assumida com o PSDB” e para que o novo governador

possa assinar, em Tóquio, um contrato de financiamento de R\$ 400 milhões com Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), que ampliará para 80% a população atendida por rede coletora e estações de tratamento de esgoto em Santa Catarina. De acordo com o documento, esse contrato precisa ser firmado antes do término do ano fiscal japonês, em 31 de março.

A carta de renúncia foi lida por Merísio durante a sessão ordinária do memo dia.

Elizeu recebe convite

O governador Leonel Arcangelo Pavan (PSDB), convidou o deputado Elizeu Mattos, do PMDB, a permanecer na liderança do governo na Assembleia Legislativa. Se para o Parlamento Pavan acenou com continuidade, para algumas secretarias de Estado, no entanto, anunciou mudanças.

Na Secretaria da Fazenda atende interinamente Cleverton Siewert, que ocupava a função de diretor do Tesouro. À frente da Secretaria de Administração, também de forma interina, assume Paulo Eli, hoje diretor-geral da pasta. Somente após seu retorno da viagem ao Japão é que o governador Pavan vai anun-

ciar a composição definitiva de seu secretariado.



Elizeu: convite para continuar

Mudanças no comando do Executivo refletem no Legislativo

Com a viagem de Leonel Pavan para o exterior, Gelson Merísio assume comando do Executivo, abrindo espaço para Jailson Lima

A troca de comando no Executivo Estadual, com a renúncia do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), em carta entregue ao presidente da Assembleia Legislativa, Gelson Merísio (DEM), no último dia 25, não apenas abriu espaço para a ascensão do vice Leonel Arcangelo Pavan (PSDB) ao comando do governo, como também provocou mudança no Legislativo. Com a viagem de Pavan para o Japão, o presidente da Casa, deputado Gelson Merísio (DEM), assumiu, dia 28, o governo do Estado, permanecendo até o dia 2. Com isso, transmitiu no dia 26 a presidência da Casa para o segundo vice-presidente, deputado Jailson Lima (PT) diante da impossibilidade de o primeiro vice-presidente, Jorginho Mello (PSDB), assumir o comando já que também está no exterior.



Segundo vice-presidente Jailson Lima responde pelo Legislativo até dia 2

Rodrigo Viegas

Em sessão solene no dia 25, na sede do Poder Legislativo de Santa Catarina, prestigiada por inúmeras autoridades e lideranças políticas, Leonel Arcangelo Pavan (PSDB) tomou posse como governador do Estado. A vacância do cargo aconteceu com a renúncia do então governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), documentada em carta entregue minutos antes ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merísio (DEM).

Empossado como novo chefe do Executivo, Pavan ocupou a tribuna do Parlamento para registrar as palavras de ordem que devem nortear sua administração: continuidade e responsabilidade. “Tenho o compromisso de honrar com responsabilidade e trabalho o povo catarinense, exercendo o cargo com serenidade, dedicação e elevado espírito público, sempre respeitando as instituições e visando os interesses da sociedade e o desenvolvimento

do estado”, registrou.

A trajetória política de Luiz Henrique foi ponto de partida dos agradecimentos: “O sucesso de uma vida político-administrativa se reflete em dez vitórias seguidas nas urnas, e por isso tenho a honra de suceder um homem de palavra. Com Luiz Henrique, palavra empenhada é palavra cumprida”, afirmou.

Pavan também enumerou as mudanças promovidas pela atual gestão. “Junto com Luiz Henrique, promovemos mudanças importantes, dando muito mais qualidade aos gastos públicos com a descentralização da máquina administrativa. Hoje, as secretarias de Desenvolvimento Regional aproximam governo do cidadão e levam benfeitorias às regiões mais afastadas. Não por acaso, Santa Catarina registra um crescimento histórico”, salientou.

Balanço

Na sessão, Luiz Henrique fez um balanço de seus dois mandatos

à frente do governo.

O avanço rumo ao desenvolvimento humano e social - “dinamizando polos antes anestesados e erradicando bolsões de pobreza”, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, - “que atingiu 0,840, um nível identificado em países de primeiro mundo”, e a referência logística, turística, científica, cultural e tecnológica foram alguns dos pontos abordados. Mas nada recebeu tanta ênfase quanto o processo de descentralização patrocinado por ele: “Um exitoso processo alicerçado nas secretarias de Desenvolvimento Regional e nos conselhos de Desenvolvimento Regional multiplicou a velocidade e o número de obras e ações”, avaliou.

A “parceira ativa” com o Legislativo, “sempre apoiando e aperfeiçoando os projetos propostos pelo Executivo”, também foi destacada. Ele finalizou sua despedida afirmando que “Pavan possui todas as credenciais para concluir o mandato de forma competente”.

Jailson avalia momento como histórico

Com a viagem do governador Leonel Pavan ao Japão, o presidente da Assembleia Legislativa (AL), Gelson Merísio, assumiu pela primeira vez o comando do governo estadual, no dia 28, permanecendo no exercício até o dia 2. Em razão disso, no dia 26, Merísio transmitiu a presidência da Assembleia para o deputado Jailson Lima (PT), segundo vice-presidente da Casa.

A transmissão para Jailson decorreu do fato de o primeiro vice-presidente do Parlamento estadual, deputado Jorginho Mello (PSDB), também estar em viagem ao exterior, cabendo então ao segundo vice assumir a presidência do Poder.

Na condição de presidente do Legislativo, Jailson fez questão de ressaltar o momento como sendo um marco histórico em sua carreira política. O parlamentar descreve a oportunidade como um amadurecimento político, destacando ainda que o bom relacionamento com todos os partidos fez a diferença. “Agradeço a generosidade do Democratas (DEM) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Como homem público, me cabe reconhecer a postura dos dois partidos”, frisou.

Eleito deputado estadual em sua primeira candidatura, em 2006, com mais de 24 mil votos, o deputado Jailson Lima da Silva nasceu em 1958, na cidade de

Siderópolis, região Sul de Santa Catarina. Escolheu Rio do Sul para viver e trabalhar há quase 30 anos e lá ingressou efetivamente na vida pública, ajudando a fundar e consolidar o Partido dos Trabalhadores na cidade e em todo Alto Vale. Foi eleito prefeito do município em 2001 e em sua gestão recebeu da Unicef e da Fundação Abrinque o prêmio Prefeito Amigo da Criança, como sétimo prefeito do Brasil, entre mais de 5.600 municípios, pela qualidade do trabalho executado para a criança e o adolescente.

Médico formado pela Universidade Federal de Santa Catarina, é especialista em Reumatologia e Medicina do Trabalho, área que o credenciou a atuar por 18 anos como perito, pela Universidade Federal do Paraná e Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná. Mantém o atendimento na clínica que divide com sua esposa Dayse Denise em Rio do Sul. Uma vez por semana, atende trabalhadores com doenças ocupacionais, principalmente LER/DORT, de empresas da região do Itapocú (Norte do estado), através da Associação dos Portadores de Doenças Ocupacionais da Região, sediada em Jaraguá do Sul. É membro da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, Sociedade Brasileira de Reumatologia e Associação Nacional de Medicina no Trabalho.

GERAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Público pôde conferir a diversidade cultural de Santa Catarina nos estandes montados no Centrosul, promovendo a integração das mais de 20 etnias presentes no estado

Festival de Integração Catarinense poderá ser itinerante na próxima edição

Terceira edição do FIMC foi sucesso de público com destaque para passeio virtual pelas 10 regiões turísticas

Graziela May Pereira e Rodrigo Viegas

O sucesso da terceira edição do Festival de Integração Catarinense (FIMC), que foi realizada no Centrosul de 22 a 27 de março, superou as expectativas dos organizadores, que já pensam em realizar o evento de forma itinerante, levando a iniciativa para outros municípios catarinenses.

O festival, que teve a parceria da Assembleia Legislativa, promoveu a interação entre as mais de 20 etnias que formam a diversidade

cultural catarinense, divulgando de forma inovadora o estado de Santa Catarina.

Segundo a organizadora geral do evento, Patrícia Costa, a ideia é, além de realizar o festival em Florianópolis, levar um festival itinerante a outros municípios. "Essa foi uma proposta que surgiu entre os expositores e achamos interessante. Estamos estudando a hipótese de isso acontecer na quarta edição do FIMC. Seria muito interessante que, por exemplo, o município de Chapecó tivesse a mesma

oportunidade que estamos tendo aqui."

Patrícia comemorou o movimento de visitantes. "Registramos uma visitação acima do esperado. Durante a semana, tivemos visitas das escolas, e os turistas vieram mais nos finais de semana. O feriado de aniversário de Florianópolis foi incrível em termos de movimentação e vendas", observou. Para esse ano foram esperados 60 mil visitantes, 20 mil a mais do que no ano passado.

Pela primeira vez expondo

no festival, a representante da Cooperativa de Comercialização de Frutas e Artesanato Muza Brasil, de Luís Alves, Naiara Lima, garantiu que o resultado é positivo. "Como é nossa primeira vez aqui, estamos contentes com o que estamos vendo até agora. As pessoas estão conhecendo e comprando. Isso é muito bom."

O FIMC ofereceu ao visitante uma estrutura especial, com destaque para os cenários multimídia – instalações que buscam o público a um passeio virtual pelas 10 regiões turísticas

denominadas Caminho dos Cânions, Encantos do Sul, Grande Florianópolis, Costa Verde & Mar, Vale Europeu, Caminho dos Príncipes, Serra Catarinense, Vale do Contestado, Grande Oeste e Caminhos da Fronteira.

Também foram realizadas apresentações de dança, de grupos folclóricos, uma feira de roteiros turísticos, palestras e rodadas de negócios. Outra atração foi a área gastronômica, que ofereceu comidas típicas das diferentes regiões catarinenses.

Programação incluiu apresentação de grupos folclóricos, de dança e gastronomia típica

No FIMC, o público teve a oportunidade de assistir a apresentações de dança e de grupos folclóricos. Também pôde visitar uma feira de roteiros turísticos. A diversidade na gastronomia foi outro destaque, com comidas típicas das diferentes regiões.

Na cerimônia de abertura, o deputado Jorginho Mello (PSDB), vice-presidente da Assembleia, falou em nome do Parlamento e disse que o Legislativo tem orgulho de ser parceiro deste projeto. "A Assembleia abraçou esta iniciativa porque acredita num projeto que só faz valorizar Santa Catarina por

inteiro", afirmou o parlamentar.

Paralelamente ao festival, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte realizou o 1º Salão Catarinense de Turismo, reunindo operadores, empresários, agentes de viagens, conventions bureaus, associações brasileiras da Indústria Hoteleira e de Agentes de Viagens, entre outras entidades representativas do trade turístico.

O secretário Gilmar Knaesel salientou que eventos como o FIMC aproximam as regiões, agregam valor e fortalecem os costumes dos catarinenses. "Mostrar a nossa

diversidade é a grande razão deste festival", registrou o deputado licenciado.

A edição 2010 do FIMC trouxe novidades em relação às anteriores (1999 e 2009), como a inclusão de uma 10ª região turística, denominada Caminhos da Fronteira, que inicia em Itapiranga e vai até Dionísio Cerqueira.

O então vice-governador Leonel Pavan (PSDB) prestigiou a abertura no dia 22. "Santa Catarina tem alto potencial turístico e nos últimos anos o estado tem sido um dos mais procurados destinos do país", observou.



Cenário multimídia retrata peculiaridades das regiões catarinenses

GERAL

Criação de Polícia Penal Federal em debate

Audiência discute proposta de emenda constitucional que tramita no Congresso Nacional



Eduardo Guedes de Oliveira

Comissão de Segurança Pública discute proposta que implanta também as polícias penais estaduais

Uma audiência pública realizada pela Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), discutiu a criação da Polícia Penal Federal e das polícias penais estaduais, tratada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 308/04, de autoria do ex-deputado federal Neuton Lima (PTB/SP). A reunião foi realizada no Auditório Deputada Antonieta de Barros, a pedido do deputado Pedro Uczai (PT). Agentes prisionais de diversas regiões do estado, principalmente do município de Chapecó, na região Oeste, participaram da reunião.

No encontro, foi definida a elaboração de um requerimento destinado ao Congresso Nacional, pedindo agilidade na aprovação da PEC, a uniformidade no trabalho desenvolvido pelos agentes nos municípios, o caráter de polícia, a criação de uma política de Estado e não de políticas de governo, e

dignidade para estes servidores.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Sintesp), Mario Antonio da Silva, aponta que a diferença é que uma política de Estado é permanente. "Isso vai mexer na arcaica estrutura política que há em nosso estado", ratificou. Para ele, alguns pontos devem ser revistos para maior eficiência da Segurança Pública. "Não há contrapartida para a carreira de agentes prisionais e nem acompanhamento dos egressos do sistema prisional. A Polícia Penal vai corrigir estes pontos", emendou.

Uczai declarou ser solidário à PEC, mas vê dificuldade em conciliar diversos tipos de polícia. "Sou solidário à criação da Polícia Penal e podem contar comigo até para ir a Brasília. Não concordo com a violência externa e nem com a violência nos presídios. O agente prisional não pode torturar alguém,

porque não é esse o papel do Estado", explicou. Uczai defende que a Polícia Penal não seja armada.

O representante do Ministério Público Estadual (MPE), promotor de Justiça César Augusto Grubba, falou sobre suas preocupações com a criação da Polícia Penal. Segundo ele, a mudança de nomenclatura não vai resolver o problema da Segurança Pública no país.

O coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, Amauri Meireles, considerado um dos maiores defensores da proposta, fez uma apresentação da PEC que, explica, visa o reconhecimento normativo da polícia. Segundo ele, a Polícia Penal já existe desde o descobrimento do Brasil. "Os contrários dizem que o sistema penitenciário não é sistema policial. E não é. É a efetividade da profissionalização da atividade, do profissionalismo dos integrantes e da modernização das atividades", comentou.

Deputados conseguem adiar por 30 dias a assembleia da Celesc para mudar estatuto

Requerimento aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Tributação, dia 24, levou ao adiamento por 30 dias da assembleia geral extraordinária da Celesc, marcada inicialmente para dia 31 de março. A solicitação foi entregue ao então governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Logo após a posse como governador, no dia 25, Leonel Pavan (PSDB) determinou a suspensão da assembleia, que tinha como pauta alterações no estatuto.

A audiência do dia 24 reuniu funcionários da Celesc, que lotaram o Auditório Antonieta de Barros. Na ocasião, os deputados questionaram o presidente da Celesc Holding, Sérgio Alves, sobre a possibilidade de que alterações no estatuto da empresa abram caminho para uma futura privatização.

Alves negou categoricamente e afirmou que se tratam apenas de ajustes para o aprimoramento da gestão. "Até mesmo porque a empresa terá que renovar sua concessão em 2015 e para isso deve estar dentro dos parâmetros de qualificação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)", disse o presidente. Com a mesma veemência, ele ainda refutou a afirmação de que

estaria a serviço dos acionistas minoritários.

O receio dos funcionários se concentra principalmente nas decisões que o Conselho de Administração irá adotar com a mudança do estatuto, no aspecto relacionado ao voto qualificado. O representante dos empregados no conselho, Jair Maurino Fonseca, explica que um dos efeitos das alterações propostas seria a perda do poder de decisão por parte do governo. Atualmente, o Conselho de Administração atua com voto de minerva em caso de empate nas votações. A nova proposta prevê o voto qualificado, que seria de 2/3 dos 13 membros do conselho, num total de nove. O governo tem sete representantes, o que, na opinião do representante dos empregados, teria impacto em decisões importantes como contrato de gestão, plano diretor e escolha dos diretores.

Outro aspecto desta situação é que os investimentos deverão ser feitos apenas onde houver a previsão de taxa real de retorno, o que significaria uma visão em defesa do lucro. "A Celesc deixará de ter sua atuação socioeconômica voltada à base do crescimento estadual", comenta Fonseca.



Solon Soares

Funcionários da Celesc lotam Auditório Antonieta de Barros

Servidores federais demitidos por Collor cobram reintegração

Solon Soares



Com faixas, servidores exigem direito à anistia

Uma audiência pública debateu a concessão de anistia para reintegração dos servidores públicos federais demitidos na reforma administrativa do governo Collor. As demissões ocorreram no período de 16 de março a 30 de setembro de 1992 e não foram motivadas por justa causa.

O debate foi dirigido pelo deputado Pedro Uczai (PT), proponente da audiência, dia 29, no Auditório Antonieta de Barros. Participaram também representantes do governo federal, dos servidores demitidos

e sindicalistas.

A Lei Federal 8.878/94, sancionada pelo então presidente Itamar Franco, assegura o retorno ao cargo, ou emprego ocupado naquele período, dos servidores exonerados ou dispensados em desacordo com a Constituição Federal, acordo, convenção ou sentença normativa. Mas o reconhecimento a esse direito foi anulado por decretos sancionados do governo Fernando Henrique Cardoso. Em junho de 2004, o governo Lula criou a Comissão Especial Interministerial (CEI)

para reavaliar os processos, o que resultou na reintegração de 5.478 funcionários até 2009. Mesmo assim, outros 3,6 mil recursos ainda estão pendentes.

Entre os recursos estão os de 300 trabalhadores da Eletrosul em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Segundo o coordenador do grupo da estatal, Aldo Pedro Ferrari, a anistia foi reconhecida no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 1994, mas apenas 29 foram reintegrados até o momento.

PLENÁRIO

Deputados aprovam projetos do MP, Justiça e segurança pública

Criados cargos no Ministério Público e novas categorias no Tribunal de Justiça e Plano de Carreira da Polícia Civil

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira

As galerias do Plenário Osni Régis, da Assembleia Legislativa, ficaram lotadas de oficiais de justiça para assistir à aprovação, na tarde do dia 24, de alguns projetos relativos às áreas de Trabalho e Segurança Pública. Os quatro projetos, que foram discutidos e aprovados no início da tarde na reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho e Serviços Públicos e de Segurança Pública, também foram aprovados em redação final por unanimidade na sessão ordinária.

No que compete às comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Trabalho, os parlamentares debateram e aprovaram o Projeto de Lei Complementar nº 02/10, do Ministério Público Estadual, que cria cargos de Procurador de Justiça e promotorias de Justiça na Capital, São José, Palhoça e Canoinhas. Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 04/10, do Executivo, que transforma cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, criando as categorias de Oficial de Justiça e Avaliador, grupo de Atividades de Nível Superior.

Para a investidura nesse cargo, o profissional deve ser ter diploma de curso superior em Direito. Além da criação da categoria, a proposição concede, aos atuais ocupantes dos cargos, vantagem pessoal nominalmente identificável, no valor correspondente à diferença do vencimento do car-

go efetivo do grupo de Atividades de Nível Superior.

Apesar da aprovação unânime, o deputado Décio Góes (PT) demonstrou preocupação no que diz respeito à aposentadoria. "O que me preocupa é que estamos criando para a aposentadoria uma carga excessiva. Um complicador. Nós estamos acumulando um problema que terá que ser debatido no futuro."

Já no setor de Segurança Pública foram aprovados dois projetos. O Projeto de Lei Complementar nº 03/10, de autoria do Executivo, altera a Lei Complementar nº 453/09, que institui o Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública – Polícia Civil. O PLC tem como objetivo reorganizar o quantitativo de vagas das carreiras de escrivão da polícia e psicólogo policial. A Lei prevê 634 vagas para escrivão e 358 vagas para psicólogos.

Com a aprovação da matéria, o quadro de serviço da Polícia Civil passa a contar com 834 escrivães e 158 vagas para psicólogos. "A proposição não vai prejudicar ninguém. Não vamos tirar nada de ninguém, já que não há psicólogos na lista de espera para entrar no quadro. E ainda temos a vantagem de suprir a deficiência de escrivães, percebida em todo o estado, o que representará maior agilidade nos procedimentos cartorários", disse o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB).



Servidores da Justiça comemoram transformação de cargos no Quadro Pessoal do Poder Judiciário

PEC prevê crime de responsabilidade

Na sessão ordinária do dia 24, o Plenário deu sinal verde à admissibilidade da PEC nº 01/10, de autoria do deputado Renato Hinnig (PMDB). Ela altera o artigo 41 da Constituição Estadual e recebeu anuência de todos os parlamentares presentes.

A partir da alteração fica instituído que a Assembleia

Legislativa, ou qualquer de suas comissões, poderá convocar secretário de Estado e titulares de fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, "importando a ausência injustificada em crime

de responsabilidade".

Ainda de acordo com a proposta, a Mesa da Casa encaminhará, após deliberação do Plenário, pedidos de informação, "importando em crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas".

Servidores da Saúde pedem gratificação por produtividade



Representante da Associação Catarinense de Profissionais de Nível Superior na Saúde, Moisés Geraldo

A sessão ordinária do dia 24 foi interrompida para que o representante da Associação Catarinense de Profissionais de Nível Superior em Saúde, Moisés Antonio Geraldo, solicitasse da tribuna o apoio dos parlamentares para a extensão de gratificação por produtividade a todas as demais categorias da área da Saúde. Em dezembro passado, o Parlamento catarinense aprovou o Projeto de Lei 608/09, convertido na Lei 15.080/10, encaminhado pelo governo do Estado, contemplando a progressão da Plena Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM).

Durante a sessão, os ser-

vidores da Saúde entregaram um documento solicitando a gratificação, com exposição de motivos. "Este benefício não terá impacto na folha salarial, pois são recursos são advindos do Fundo Estadual da Saúde", justificou.

De acordo com Geraldo, a lei trata de apenas uma das 14 categorias profissionais prevista na Resolução 287, aprovada na 8ª Conferência Nacional de Saúde, que são: assistentes sociais, biólogos, biomédicos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

Benefícios para servidores estaduais viram medidas provisórias

Proposições serão analisadas pela CCJ neste dia 31, tendo admissibilidade avaliada em Plenário na sequência

Rodrigo Viegas

Na busca de uma solução que viabilizasse as propostas encaminhadas dia 29 pelo Executivo, os líderes dos partidos com assento no Parlamento passaram o dia 30 se reunindo na Casa. Foram quatro encontros, o último deles com a presença do governador em exercício, deputado Gelson Merisio (DEM), para confirmar a iniciativa de se retirarem os projetos governamentais a fim de transformá-los em medidas provisórias.

Com esta solução, as proposições serão analisadas na Comissão de Constituição e Justiça neste dia 31 pela manhã, terão sua admissibilidade aceita na sessão ordinária do período vespertino e, em seguida, ocorre sua consequente publicação, o que faz com que passem a vigorar com status

de lei. A partir daí, os parlamentares terão 60 dias para analisar e, se necessário, aperfeiçoar as matérias e corrigir possíveis distorções. Esse prazo pode ser ampliado por igual período.

Uma delas, identificada na reunião dos líderes, já foi acordada: as gratificações e os aumentos não poderão ser diferentes de 60% sobre o salário-base. Antes, entre os projetos, havia gratificações que variavam entre 15% e 100%, agora deverão estar isonomicamente estipuladas nas MPs, com exceção da gratificação para os militares estaduais, que permanece inalterada.

Segundo Gelson Merisio, a solução de transformar as propostas em MPs foi tomada para que o Legislativo tenha tempo suficiente para analisar as propostas sem transgredir os prazos da lei eleitoral, o que seria impossível

se as matérias tramitassem sob regime de urgência. O governador em exercício destacou que, em vigor as medidas, “não poderão ser ampliados os benefícios, mas serão possíveis as correções necessárias”.

Com base em parecer da Procuradoria Geral do Estado, Merisio afirmou que, publicada a MP, ela passa a ser lei antes dos prazos conflitantes. “Poderão então ser feitas alterações por meio de lei complementar, uma solução que reduz o desconforto na Casa e que não teve objeção por parte do governador Leonel Pavan (PSDB), que se encontra em viagem ao Japão para assinatura de acordos de cooperação.”

Na mesma direção, o presidente em exercício da Assembleia, deputado Jailson Lima (PT), criticou a forma “inconsequente” como foram enviados os projetos

ao Poder, mas enalteceu a postura de Merisio. “Conhecendo as dificuldades de se aprovarem matérias tão importantes em prazo tão exíguo, o governador em exercício, Gelson Merisio, optou pela alternativa que diminui os conflitos e oferece maior tempo para análise e correções”, avaliou.

Durante a sessão ordinária, diversos parlamentares se manifestaram na tribuna sobre os encaminhamentos. O deputado Joares Ponticelli (PP), apesar de concordar com a alteração proposta, criticou a política de abonos da atual administração que, para ele, resultam numa “fragmentação das políticas salariais” e fez um questionamento: “Se a receita tem sido tão generosa como apregoam no governo, por que os abonos serão incorporados em prestações diversas? Será uma

herança para o próximo governo quitar?”, questionou.

O deputado Edison Andrino (PMDB) comunicou que sua bancada só aprova aumento de salário se for de forma igualitária. “Não queremos tratar os servidores públicos de forma diferenciada, por isso nossa posição é de que os percentuais sejam no mesmo padrão para todas as categorias contempladas”, frisou.

Já o deputado Décio Góes, líder do PT, se mostrou preocupado com o cumprimento das propostas encaminhadas pelo governo. “Foram sete anos sem reajuste salarial para a maioria destes servidores e agora se propõe, no apagar das luzes, uma estratégia visivelmente para vencer as eleições. Tudo isso pode acabar como a Lei 254, que garantiu aumento para os militares e até hoje não foi cumprida”, alertou.

Segurança

Entre os atos do Executivo, quatro referem-se à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão:

- Medida Provisória (MP) que institui gratificação de “Representação de Agente de Autoridade Policial”, que beneficia agentes, escrivães e psicólogos da Polícia Civil;
- MP que concede abono aos servidores do quadro da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão;
- MP que institui o Plano de Carreira e Vencimentos do grupo da Segurança Pública – Perícia Oficial (Instituto Geral de Perícia); e
- MP que institui gratificação para os militares estaduais, sendo que os oficiais receberão, a partir de maio, R\$ 400,00, e a partir de dezembro, R\$ 2 mil, enquanto os praças receberão R\$ 50,00, a partir de maio, R\$ 150,00, a partir de setembro e, completando, R\$ 250,00, a partir de dezembro.

Educação

- MP que institui a gratificação de “Gestão da Pesquisa” para a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc);
- MP que altera Lei nº 10.355/1997, que define funções a serem preenchidas por concurso público na Fapesc; e
- MP que altera Lei nº 345/2006, que trata do Plano de Carreira dos Servidores da Fundação Universidade do estado de Santa Catarina (Udesc).

Demais propostas

- MP que cria novas classes na carreira de procurador do Estado e dispõe sobre subsídios da carreira de procurador estadual;
- MP que altera critério de cálculo das gratificações para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável e para a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;
- MP que altera critério de cálculo das gratificações por produtividade estabelecida pela Lei nº 9.751/1994;
- MP que altera dispositivos dos Planos de Carreira e Vencimentos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional;
- MP que institui gratificação “Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual” para os servidores do Deinfrae da Secretaria de Estado da Infraestrutura;
- MP que altera a Lei nº 14.961/2009, que dispõe sobre programas de incentivo à produção de cerveja artesanal, e a Lei nº 7.543/1988, que instituiu o imposto sobre propriedade de veículos automotores.

Secretários reassumem cadeira no Legislativo

As eleições de outubro vão refletir na Assembleia Legislativa. Na semana que vem, com o fim do prazo no dia 2 de abril para desincompatibilização dos deputados-

detentores de cargos no Executivo para disputar o pleito de outubro, cinco secretários de Estado devem retomar assentos na Casa: Ronaldo Benedet, titular da Segurança Públi-

ca e Defesa do Cidadão; Altair Guidi, do Planejamento; Valdir Cobalchini, da Coordenação e Articulação; Gilmar Knaesel, do Turismo, Cultura e Desporto e Onofre Santo Agostini,

do Desenvolvimento Sustentável. Com o retorno de Altair Guidi, quem sai é Ozair Polaco (PPS). O tucano José Natal Pereira deixa a Casa com a volta de Knaesel. Na coligação

DEM-PMDB, o primeiro titular que voltar assumirá a vaga de Carlos Chiodini (PMDB); o segundo, a cadeira de Ismael dos Santos (DEM) e, o terceiro, de Aderbal Deba.



Ronaldo Benedet (PMDB)



Valdir Cobalchini (PMDB)



Onofre Santo Agostini (DEM)



Gilmar Knaesel (PSDB)



Altair Guidi (PPS)

COMUNIDADE

Mirian Zomer



Com a participação na reunião do deputado Joares Ponticelli, autor da lei que coíbe prática, educadores da região fazem retrato do problema no cotidiano escolar

Oeste mobilizado contra o Bullying

Mais de 1.500 educadores participam de palestras em Chapecó e Xanxerê, um desdobramento da campanha do Ministério Público com apoio da Assembleia, que tem objetivo de combater forma de violência entre as crianças e adolescentes

Graziela May Pereira

A preocupação dos educadores catarinense com o Bullying foi evidenciada dia 29 durante as palestras sobre o tema que ocorreram nos municípios de Chapecó e Xanxerê. Mais de 1.500 educadores e gestores lotaram o auditório do Centro de Cultura e Eventos, em Chapecó, e o anfiteatro da Unoesc, em Xanxerê, para debater o tema. Em 2009, foi aprovada a Lei nº 14.651, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), que cria mecanismos de combate ao Bullying nas escolas de Santa Catarina.

A discussão, proposta pela Escola do Legislativo, presidida por Ponticelli, é um desdobramento da campanha "Bullying, isso não é

brincadeira!", do Ministério Público Estadual (MPE), que tem o apoio da Assembleia Legislativa. Segundo o deputado, o Bullying sempre foi considerado como uma brincadeira de criança, conceito que precisa ser mudado. "As escolas não podem ficar de olhos fechados. Os resultados são terríveis. Esse negócio de brincadeira de criança tem que acabar. As crianças sofrem, têm queda no rendimento escolar, isso quando não abandonam a escola."

O parlamentar afirmou que a melhor solução é a troca de experiências. "Tem muita coisa acontecendo no combate a essa prática. Não precisamos nos envergonhar de copiar uma ideia. Quando o resultado é bom, o que importa se é copiado?"

A secretária-adjunta de Educação de Chapecó, Sueli Suttle, acredita que o encontro, que só na cidade reuniu mais de mil pessoas, vai resultar em boas ações. "Muitos de nossos professores não estão preparados para certas situações e estar aqui hoje vai nos trazer grandes resultados. Estou satisfeita de fazer parte disto."

O psicólogo do Centro Operacional de Apoio à Infância e à Juventude, do MPE, Marlos Gonçalves Terêncio, apresentou dados sobre o assunto no estado. De acordo com pesquisa feita em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 30,8% dos alunos entrevistados já sofreram Bullying. Nas escolas privadas, o índice é ainda maior:

35,9% já passaram pelo problema. "Para se ter noção da gravidade do assunto, se somarmos aqueles que sofreram e aqueles que, por consequência, assistiram, o número de alunos atingidos supera facilmente os 50%. Ou seja, mais da metade dos alunos estão envolvidos."

Para resolver questões como essa, a vice-presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre Bullying Escolar, Cléo Fante, salientou que a melhor solução é a prevenção. "A prevenção deve partir de todos nós, mas a parceria entre a escola e a família é importantíssima. A lei antibullying foi um grande passo para a nossa vitória." Cléo acrescentou fatores importantes para os pais e educadores aprenderem

a identificar o problema. "Se a criança não quiser mais ir para a escola, tiver febre, dores de cabeça ou seu rendimento escolar cair consideravelmente, é possível que seu filho esteja passando por isso. Dessa forma, é preciso conversar, e nunca estimular o revide."

A diretora da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, de Xanxerê, Francielly Cauduro, afirmou que as palestras foram muito importantes para os educadores. Disseminar o assunto é extremamente válido. Todos os professores e todos os envolvidos com a escola precisam estar preparados para combater essa forma de violência. Na maioria das vezes, sequer sabemos o que fazer. O dia de hoje foi muito proveitoso", finalizou.

População cobra construção de anel viário entre Biguaçu e Palhoça

Jonas Lemos Campos

Audiência pública para discutir o início da construção do anel viário entre Biguaçu e Palhoça, promovida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, da Assembleia Legislativa, frustrou a expectativa da comunidade e organizadores, que não conseguiram ter acesso às últimas informações sobre as obras. A reunião ficou comprometida pela ausência, justificada, dos representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da detentora da concessão da obra, a Autopista Litoral Sul, do Grupo OHL Brasil.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Reno Caramori (PP), o encontro tinha como objetivo informar a população catarinense sobre o andamento da

obra. "As duas principais entidades que nós queríamos escutar não compareceram. Não queremos uma solução imediata, mas informações para esclarecer nossa gente sobre qual a real situação dessa obra", explicou.

Sem a presença de alguém que falasse pela ANTT e pela Autopista Litoral Sul, ficou acordado entre os parlamentares presentes e os demais participantes o envio de uma Moção ao Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, solicitando audiência com os responsáveis e todos os interessados. A sugestão do deputado Edison Andrino (PMDB) foi prontamente acatada e vista como a única solução político-administrativa.

A construção de 47 quilômetros de rodovia inicia no Km-175

da BR-101, junto à ponte do rio Inferninho, na divisa entre Biguaçu e Tijucas, e segue até o posto de pedágio de Palhoça, no rio Cubatão, Km-221. A finalidade da obra, prevista no projeto de duplicação da rodovia, é desafogar o trânsito pesado da BR-101.

Os deputados Reno, Andrino e Renato Hinnig (PMDB) consideraram lamentável o esvaziamento da audiência proposta para iniciar uma tratativa para o problema que atinge todos os usuários do trecho.

"Fico muito triste, pois enquanto tivermos a ausência dos responsáveis, o desenvolvimento da nossa região ficará comprometido. Lamentamos as ausências justificadas, mas somos obrigados a aceitá-las", acrescentou Caramori.



Deputados Reno Caramori, Edison Andrino e Renato Hinnig na reunião

Conforme Andrino, a implantação do anel é de fundamental importância para desafogar o trânsito pesado em aproximadamente 30%. "Isso vai ser essencial para melhorar o tráfego em toda Grande Florianópolis", argumen-

tou. Ele declarou que os técnicos da ANTT e da Autopista Litoral Sul poderiam fazer um contraponto na discussão. Para Hinnig, o trabalho da Comissão de Transportes não deve ser atingido pelas faltas ou mesmo pelo "descaso".